

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

31/08/2026

Sumário

1. Dívida líquida de Goiás dispara 47,6% e chega a R$ 15,18 bilhões

GOYAZ - ON LINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
30/08/2026 14:10

Dívida líquida de Goiás dispara 47,6% e chega a R$ 15,18 bilhões

Visualizar notícia

Fonte original

O Estado de Goiás encerrou 2025 com déficit primário de R$ 4,450 bilhões, resultado que representa uma mudança expressiva em relação aos quatro exercícios anteriores, quando havia registrado superávits. O número aparece no relatório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) sobre as contas do governador e está diretamente relacionado à alteração da estratégia fiscal adotada ao longo do próprio exercício.

A dimensão do resultado fica mais evidente quando comparada à previsão original. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025 havia estabelecido inicialmente uma meta de superávit primário de R$ 694,883 milhões. Posteriormente, porém, a Lei Estadual nº 23.867/2025 modificou essa previsão e passou a admitir um déficit de até R$ 4,959 bilhões. A mudança representou uma inversão de aproximadamente R$ 5,654 bilhões em relação à meta inicialmente aprovada.

O resultado efetivamente registrado ficou em R$ 4,450 bilhões negativos, portanto R$ 508,5 milhões abaixo do limite de déficit autorizado pela nova meta. Em termos formais, o Estado cumpriu a meta fiscal revisada: o déficit realizado foi 10,25% menor que o máximo permitido. O TCE, por isso, não classificou o resultado como descumprimento da meta fiscal.

A explicação para o déficit está, segundo o relatório, principalmente na utilização de recursos acumulados em exercícios anteriores. Goiás utilizou R$ 9,689 bilhões de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais, destinados sobretudo ao financiamento de investimentos e à quitação de passivos. Desse montante, os investimentos alcançaram R$ 7,215 bilhões, com crescimento de 90,35%, enquanto também foram utilizados recursos para obrigações como precatórios e recomposição de depósitos judiciais.

Essa distinção é importante porque o déficit primário de R$ 4,450 bilhões não significa que o Estado tenha tomado esse valor em novos empréstimos. O relatório registra que Goiás não realizou operações de crédito em 2025. O mecanismo utilizado foi, em grande parte, o emprego de disponibilidades financeiras que já existiam nos cofres públicos. O próprio TCE considera que o fenômeno pode produzir um chamado “desequilíbrio aparente”, porque o dinheiro acumulado anteriormente não é contabilizado como receita do exercício, embora possa financiar despesas realizadas em 2025.

O efeito dessa estratégia, entretanto, aparece na posição financeira do Estado. A disponibilidade de caixa e aplicações financeiras caiu de R$ 17,575 bilhões em 2024 para R$ 13,855 bilhões em 2025. Ao mesmo tempo, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) aumentou de R$ 10,284 bilhões para R$ 15,184 bilhões. Segundo o TCE, o principal fator para essa elevação da dívida líquida foi justamente a redução das disponibilidades financeiras, e não uma expansão expressiva da dívida bruta.

O contraste entre os números revela, portanto, uma mudança na condução das contas públicas. Em vez de terminar o exercício com uma poupança primária de quase R$ 695 milhões, como previa a LDO original, o Estado terminou com déficit de R$ 4,450 bilhões e utilizou parte dos recursos acumulados anteriormente. O TCE ressalta que essa situação não representa necessariamente um desequilíbrio estrutural entre receitas e despesas, mas reflete a decisão de mobilizar a poupança financeira acumulada para investimentos e passivos.

Ainda assim, o tamanho da diferença entre a previsão inicial e o resultado final merece atenção. A distância entre o superávit originalmente projetado e o déficit efetivamente registrado foi de aproximadamente R$ 5,145 bilhões. Em outras palavras, a trajetória fiscal de 2025 terminou em posição muito diferente daquela que havia sido estabelecida originalmente na LDO. A mudança da meta permitiu que o resultado negativo fosse enquadrado dentro dos parâmetros legais revisados.

O relatório também mostra que o déficit primário não pode ser analisado isoladamente. O Estado encerrou o exercício com déficit nominal de R$ 4,900 bilhões, enquanto a DCL subiu 47,64% em relação a 2024. Apesar disso, a relação entre DCL e Receita Corrente Líquida permaneceu em

33,47%, muito abaixo do limite de 200% estabelecido para o indicador. Portanto, os dados apontam deterioração de alguns indicadores financeiros, mas não permitem concluir, a partir desse relatório, que Goiás tenha ultrapassado os limites legais de endividamento.

O ponto central das contas de 2025, portanto, está menos em uma suposta irregularidade e mais na mudança de estratégia fiscal e no custo de utilizar a poupança acumulada. O governo conseguiu cumprir a meta depois de sua revisão e preservou indicadores dentro dos limites legais, mas terminou o ano com um déficit primário de R$ 4,45 bilhões, menor disponibilidade financeira e maior dívida líquida. Para o debate sobre as contas de Goiás, a questão que emerge é quanto da capacidade financeira acumulada foi consumida em 2025 e quais serão os efeitos dessa escolha sobre os exercícios seguintes.